



SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho  
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

## **ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL TEMÁTICA TRIPARTITE DA NR-29 (COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL PORTUÁRIA – CPNP)**

**Data:** 29 e 30 de novembro de 2012.

**Local:** Recife/PE

**Participantes:** José Emilio Magro (MTE/SRTE/ES); Rosângela Mendes Ribeiro Silva (MTE/SRTE/SP); Soraya Rego Barros Monteiro (MTE/SRTE/PE), Luis Gustavo Manfré (MTE/SRTE/SC), Ernani Pereira Pinto (CONTTMAF), José Adilson Pereira (CONTTMAF), Eduardo Lírio Guterra (FNP), Rigério Porto Velda (FENCCOVID), Luiz Antonio Fayet (CNA), Luiz Sergio Oneto Araujo (CNF), Luiz Sergio Soares Mamari (CNC), Milton Ferreira Tito e José Carlos Matar(CNT).

### **Dia 29/11/2012 – Memória da visita ao Porto de Suape e reunião com a comunidade portuária local:**

1. Os membros encontraram-se no centro administrativo do porto de SUAPE e seguiram para visita técnica nas dependências do complexo, conforme programação prévia;
2. Após, em reunião com a comunidade portuária local, houve breve apresentação da estrutura do complexo portuário pelo Sr. Igor J. Souza, assessor da coordenação de desenvolvimento de negócios do porto de SUAPE. Na sequência, o Sr. Gilberto Pereira, gerente operacional do OGMO de SUAPE, demonstrou dados daquele órgão gestor acerca dos trabalhadores, requisições, acidentes, entre outras informações básicas do funcionamento do gestor, acrescentando que os TPA estão também matriculados no OGMO Recife. Após, o presidente do sindicato local dos estivadores, Sr. Josias Santiago, ponderou acerca dos problemas estruturais do porto que comprometem a segurança e a saúde do trabalhador, citando, como exemplo, o baixo nível de iluminação nos locais de operação, falta de socorrista, alojamento, local de aguardo, refeitório e material apropriado para o desempenho das funções. Em seguida, o representante do porto de SUAPE, Sr. Jorge Dias, salientou que já foram tomadas as primeiras providências para sanar os problemas da iluminação e local de aguardo.
3. Sem mais manifestações da comunidade portuária local, o coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou o primeiro dia de trabalho às 16h00m.

### **Dia 30/11/2012 – Ata da 26ª Reunião Ordinária da CPNP – Recife/PE**

1. Os membros encontraram-se na sede do Porto de Recife e, verificado quórum suficiente, foi iniciada a reunião;

2. O coordenador fez a devida justificativa da ausência do membro Antonio Carlos Garcia Jr. (FUNDACENTRO), sem qualquer objeção pelos demais membros;
3. Os membros das bancadas laboral e patronal ponderaram acerca da visita técnica ocorrida no dia anterior, cobrando maior presença da comunidade local, principalmente dos operadores portuários;
4. O representante da CNT, Milton Ferreira Tito, sugeriu inversão das atividades para a próxima sessão, sendo o primeiro dia destinado à reunião e o segundo para visita técnica. A sugestão foi acolhida pelo coordenador.
5. Na sequência, em atendimento ao item 1 da pauta da 26ª RO, o coordenador submeteu a todos os membros à aprovação da ata da 25ª Reunião Ordinária realizada em Belém/PA, fazendo ponderações pontuais sobre itens que permanecem em debate pela comissão.
6. Quanto ao item 5 da 25ª RO (inclusão do termo “tomadores de serviço” nos itens 29.2.1.1, 29.2.2.1.1, 29.2.2.3, 29.2.2.15, 29.2.2.25 e 29.2.2.29) o coordenador fez leitura das ponderações enviadas pela bancada patronal acerca do tema, que sugeriu a exclusão do termo “empregador” da definição de tomador de serviço. As bancadas do governo e laboral acataram a proposta sugerida. Desse modo, restou aprovado novo texto para o item 29.1.3, “c”, que passará a ter a seguinte redação: **“Tomador de Serviço – É toda pessoa jurídica de direito público ou privado, requisitante de mão de obra de trabalhador portuário avulso junto ao órgão gestor de mão de obra, que não seja operador portuário”**;
7. O item 6 25ª RO (armazéns e silos) restou prejudicado pela ausência, por motivo de férias do representante titular da FUNDACENTRO. O tema não fez parte da pauta pelo motivo em questão;
8. Quanto ao item 7 da 25ª RO (áreas de repouso e aguardo de serviço) não houve apresentação de texto, porquanto restou prejudicada a análise do tema. E não fez parte da pauta pelo motivo apontado;
9. Quanto ao item 11 da 25ª RO, Luis Sergio Soares Mamari, mencionou que partiu de sua representatividade a questão das fichas de emergência. O coordenador assentiu com sua ponderação e comprometeu-se a retificar tal item da ata. Ainda sobre o tema, o representante da CNA informou que não entrou em contato com a ANTT para verificar a possibilidade de unificação das fichas de emergência;
10. Quanto ao item 14 (nota técnica sobre CPATP e SESSTP), o coordenador informou que houve reunião em Vitória/ES com Antonio Carlos Garcia (FUNDACENTRO) e Jansen Wagner Gallo (GRTE/Santos/SP) para discutir o assunto, porém, ante a complexidade do tema, não se chegou a uma conclusão que pudesse ser apresentada na reunião em curso. O coordenador solicitou aos presentes que se empenhassem também sobre o tema, pois entendia que a tarefa exigiria uma colaboração maior das bancadas;
11. Essas as principais ponderações acerca da ata da 25ª Reunião Ordinária, restando a retificação apenas do item 11 conforme descrito acima (item 8). Sem mais qualquer objeção, a ata restou aprovada;
12. Diante dos debates quando da aprovação da ata da 25ª RO, os itens 2 e 3 da pauta da 26ª RO já restaram atendidos;

13. Na sequência, passou-se aos itens 4 e 6 da 26ª RO (alteração da ficha de emergência e sinalização de cargas perigosas). O coordenador apresentou correspondência da ABNT acerca das Fichas de Emergência, demonstrando a necessidade da sua atualização de acordo com o modelo contido na NBR 7503. Em seguida, apresentou novo texto com as devidas alterações de nomenclatura, etiquetas e NBR atualizadas. Ponderou que se tratava de atualizações pertinentes a normas internacionais e que o Brasil deveria atender tais modificações, aceitação tácita. O representante da CNEN Natanael C. Bruno, convidado pela coordenação, informou que a NBR 7503 não se resume apenas a ficha de emergência e que o ideal seria que o texto da NR-29 fizesse remissão às novas NBR's de forma automática, sem a necessidade de alteração da NR toda vez que fosse atualizada uma NBR. Disse também, que seria interessante a participação de representantes da ANTAQ para debater o tema. Sobre a representação ANTAQ, o coordenador informou que o convite foi feito pelo DSST, mas não houve confirmação de presença;
14. Ainda sobre as fichas de emergência, Milton Ferreira Tito, ponderou que a nova ficha de emergência deve se adequar o “porto sem papel” e que a SEP deveria se atentar a tal fato;
15. A coordenação explicou que as propostas de alterações nos subitens relacionados aos símbolos, nomenclatura e Ficha de Emergência, foi apresentado na CTPP nos dias 27 e 28 pelo coordenador da CGNOR, a pedido do coordenador da CPNP, pois concluiu que poderia ser adicionado à portaria que deverá ser publicada com as modificações da NR 29 já resolvidas e aprovadas por ambas as comissões – CPNP e CTPP. A comissão consultada decidiu que a CPNP, na presente RO poderia decidir que seria aceita pela CTPP, e deveria ser posteriormente agregada tal decisão ao texto da Portaria de alteração, sem o retorno à CTPP, para nova aprovação. Sem mais objeções, as alterações propostas foram aceitas, por consenso. Entretanto, os Srs. Luiz Mamari e José Adilson solicitaram ao coordenador que enviasse o texto final formatado para conhecimento;
16. Após, seguiu-se com o item 5 da pauta (proposta de alterações/inclusões pelo MTE – subitens: 29.2.2.30, 29.2.1.1, 29.2.2.27, 29.3.8.6, 29.3.8.6.1, 29.3.8.6.2, 29.3.8.6.3, 29.3.8.2.1, 29.3.9.1.1);
17. A primeira proposta (alteração do item 29.2.2.30) foi aprovada, após esclarecimento da necessidade de atualização pela representante do governo, Rosângela Mendes Ribeiro Silva (MTE/SRTE/SP), no sentido de deixar o item mais claro e agregar o previsto na NR-29 para o trabalho nos portos e retroporto. A redação aprovada foi a seguinte: **“29.2.2.30 – As instalações portuárias de uso privativo e terminais retroportuários que não utilizem mão de obra de trabalhadores portuários avulsos deverão cumprir o que estabelece a NR-4 – SESMT, com o acréscimo das atribuições especificadas na NR-29, subitem 29.2.1.3, alíneas “a”, “b” e “c”, e organizarem a CIPA, conforme estabelece a NR-5”.**
18. A segunda proposta (alteração do item 29.2.1.1) foi aprovada por unanimidade, após justificativa apresentada pelo coordenador, de modo que a alteração visa uniformizar o tratamento dos trabalhadores portuários no texto da NR-29, especialmente no que tange a busca pela multifuncionalidade prevista na lei. O texto aprovado foi o seguinte: **“29.2.1.1 Todo porto organizado, instalação portuária de uso privativo**

**e retroportuária deve dispor de um SESSTP, de acordo com o dimensionamento mínimo constante do Quadro I, mantido pelo OGMO ou empregadores, conforme o caso, atendendo a todos os trabalhadores portuários”.**

19. A terceira proposta (inclusão de novo subitem 29.2.2.27.1) foi aprovada. O coordenador ponderou a necessidade de uma contraprestação remuneratória ao membro dos trabalhadores participante da CPATP, de forma a estimulá-lo a participar da comissão, uma vez que atualmente os trabalhadores preferem não participar das reuniões da CPATP, pois deixam de trabalhar refletindo de forma negativa em sua remuneração. Milton Ferreira Tito (CNT) advertiu que o termo “será”, conforme proposto, poderá ensejar interpretações distintas quanto ao tema. José Adilson Pereira (CONTTMAF), ratificou a necessidade da inclusão do subitem e propôs alteração do texto de modo que a obrigação restasse mais clara e impositiva, ante a importância do tema. Após longo debate, os membros chegaram ao consenso pela aprovação da inclusão do subitem, com o seguinte texto: **“29.2.2.27.1 – A remuneração dos trabalhadores portuários avulsos que participarem dos treinamentos, reuniões ordinárias, e extraordinárias da CPATP, análises de acidentes de trabalho e demais atribuições, será objeto de negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores portuários avulsos e dos operadores portuários”;**
20. A quarta proposta (inclusão de subitem sobre moegas/funis – 29.3.8.6) foi debatida após ponderações do coordenador acerca da necessidade de itens específicos sobre moegas na NR-29. A bancada patronal solicitou maior prazo para analisar o texto proposto e comprometeu-se a apresentar resposta na próxima reunião;
21. A quinta proposta (inclusão de subitem sobre moega – 29.3.8.6.1) foi aprovada por consenso, com exclusão apenas do termo “métrica” ao final da redação. Desse modo, restou aprovado o seguinte texto: **“29.3.8.6.1 – A moega ou funil utilizado no descarregamento de granéis sólidos deve possuir, de maneira indelével, identificação visível contendo, no mínimo, a sua cubagem, em metros cúbicos, e a sua capacidade máxima de carga em toneladas”.**
22. **A sexta proposta (inclusão de subitem sobre moegas/funis – 29.3.8.6.2) foi debatida após ponderações do coordenador acerca da necessidade de itens específicos sobre moegas na NR-29. A bancada patronal solicitou maior prazo para analisar o texto proposto e comprometeu-se a apresentar resposta na próxima reunião. A bancada laboral salientou a necessidade da inclusão de alínea que trate dos assentos nas moegas, ficando de apresentar texto específico para ser apreciado pela comissão na próxima reunião;**
23. A sétima proposta (inclusão de subitem 29.3.8.6.3 – moegas/funis) foi aprovada por consenso, apenas com a inclusão do termo “em movimento” a final do texto, conforme solicitação do representante da CNT, Milton Ferreira Tito. Assim, restou aprovado o seguinte texto: **“29.3.8.6.3 – A cabine do veículo sob carregamento e/ou aguardo de carregamento na moega ou funil deve se posicionar de forma que não fique sob o raio de ação de nenhuma carga suspensa em movimento”.**
24. **A oitava proposta (inclusão de subitem 29.3.8.2.1 – risco de queda de barreiras) demandou solicitação por parte das bancadas patronal e laboral no sentido de fazer estudo mais aprofundado sobre o tema. As referidas bancadas apresentarão resposta na próxima reunião;**

25. A nona proposta (alteração de subitem 29.3.9.1.1 – sinalização nas áreas portuária e retroportuária) será objeto de discussão na próxima reunião, quando será proposto novo texto;
26. Após análise de todas as propostas feita pelo governo, houve inversão da programação, passando-se ao item 8 antes do item 7 da pauta. O representante da CNEN, Natanael, fez apresentação sobre a educação e treinamento em transporte de material radioativo. Citou a criação de setor específico na CNEN sobre o transporte de material radioativo e enfatizou a necessidade de capacitação da comunidade portuária para identificar materiais nuclear e radioativo para maior segurança no transporte desses materiais;
27. Passou-se, então, ao item 7 da pauta da 26ª RO (acidente de trabalho fatal – PORTOCEL – Aracruz/ES). Ernani Pereira Pinto (CONTTMAF) apresentou análise do acidente ocorrido na armazenagem de fardo de celulose, citando como principais fatores do acidente a armazenagem de fardo em 4 de alto, carga frouxa, empilhadeiras alteradas em sua capacidade, pouco espaço para movimentação da carga e falta de sinaleiro.
28. Na sequência, quanto ao item 9 da pauta (outros assuntos), foi debatido os locais das reuniões da comissão em 2013. Após breve debate, chegou-se a definição das cidades de São Francisco do Sul em abril, Manaus em agosto e Rio de Janeiro em novembro;
29. Por fim, o coordenador da comissão, Jose Emilio Magro, agradeceu a presença de todos, em especial aos representantes da SRTE/PE, pelo apoio recebido na programação de visita ao porto de Suape, bem como às reuniões realizadas nos dias 29 e 30. As bancadas ratificaram os agradecimentos.

Encerrada RO.